



A República cristã como ideário político no Brasil: uma análise da atuação católica a partir da correspondência de D. Silvério Gomes Pimenta (1890-1922)*

Natiele Rosa de Oliveira
natieleroliveira@gmail.com

Resumo: Este artigo pretende refletir sobre a atuação de um grupo de intelectuais e políticos católicos, ligados ao então Bispo da Diocese de Mariana (Minas Gerais), D. Silvério Gomes Pimenta, nos anos iniciais da República no Brasil. A partir das correspondências trocadas entre D. Silvério e homens como, Diogo de Vasconcellos, Bernardo Pinto Monteiro e José Bonifácio, além de outros discursos produzidos pelo Bispo e seus interlocutores, pretendemos evidenciar a elaboração de um projeto político para a República brasileira, pautado em uma moralidade cristã.

Palavras-chave: Catolicismo, República no Brasil, D. Silvério.

* Este artigo foi produzido a partir das reflexões de minha pesquisa de mestrado, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e orientada pela Profa. Dra. Heloísa Maria Murgel Starling, a quem agradeço a leitura crítica e sugestões. Esta pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Introdução

No romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, o personagem Bentinho, ao falar da promessa feita por sua família de destiná-lo ao sacerdócio, comenta:

Minha mãe era temente a Deus, sabes disto, e de suas práticas religiosas, e da fé pura que as animava. Nem ignoras que minha carreira eclesiástica era objeto de promessa feita quando fui concebido. (...) A promessa, feita com fervor, aceita com misericórdia, foi guardada por ela, com alegria, no mais íntimo do coração. Penso-lhe que lhe senti o sabor da felicidade no leite que me deu a mamar. Meu pai, se vivesse, é possível que alterasse os planos, e, como tinha a vocação da política, é provável que me encaminhasse somente à política, embora, nestas terras, os dois ofícios não fossem nem sejam inconciliáveis, e mais de um padre entre na luta dos partidos e no governo dos homens (ASSIS, s/d, p. 151).

A ficção de Machado de Assis nos remete a uma questão há muito debatida na política, a do fundamentalismo teológico do poder temporal e da estreita relação estabelecida em muitos momentos, entre Igreja e Estado. Se voltarmos nossos olhares para a tradição política brasileira, a questão torna-se evidente, posto que a Igreja Católica constituiu-se historicamente como parte integrante de nosso Estado, separando-se deste somente após a Proclamação da República, em 1889.

Não é difícil supor, neste sentido, que esta simbiose entre as duas instâncias no Brasil deixaria legados que se colocam para além do ponto de vista institucional. Pois, se por um lado, a República partia de um projeto de laicização da esfera estatal, por outro ela abria o flanco para um novo tipo de atuação política e para uma nova concepção da vida pública. Neste sentido, a formação do cidadão, bem como a construção de uma ética para a República se trans-

formaria numa questão fundamental, colocada na pauta dos diferentes projetos políticos em debate no país, durante os anos iniciais de consolidação do regime.

Diante deste cenário, o romance machadiano apresenta sua verossimilhança com a realidade brasileira do período, posto que “nestas terras”, como dissera Machado, muito “mais de um padre” tenha ocupado a cena pública, na tentativa de imprimir na república os valores cristãos. Mas o que podemos observar é que a militância católica não se realizou apenas por parte do clero, mas também por homens que estavam fora da estrutura eclesiástica. Literatos, juristas, políticos, historiadores, se empenharam na defesa de uma “república cristã”, tal como definiram Diogo de Vasconcellos e Bernardo Pinto Monteiro,¹ ou na defesa de uma liberdade aos moldes ingleses que, nas palavras de Ruy Barbosa, tem seus méritos “por nunca ter se separado da Bíblia e da Cruz”.²

Neste artigo pretendemos refletir sobre a atuação de um grupo de intelectuais e políticos, ligados ao então Bispo mineiro Silvério Gomes Pimenta, nos anos iniciais da República no Brasil. A escolha deste sujeito, não se deu ao acaso, mas antes, diante da intensa atuação do eclesiástico na cena política republicana. Durante os trinta e dois em que ocupou o Episcopado da cidade de Mariana, Minas Gerais – entre 1890 e 1922 – Silvério Gomes Pimenta não se posicionou apenas enquanto um membro da instituição, mas também e, sobretudo, como um homem público.

¹ Correspondência enviada por Bernardo Pinto Monteiro e Diogo de Vasconcellos a Silvério Gomes Pimenta, em 09 de agosto de 1890. MARIA-NA, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese. (AEAM). Correspondência com o Dr. Diogo de Vasconcellos. Arquivo 4, gaveta 2, pasta 8.

² Discurso de Ruy Barbosa no Colégio Anchieta, citado por Silvério Pimenta na Pastoral Coletiva de 19 de novembro de 1917.

Nascido em 1840, na cidade de Congonhas (interior de Minas), Silvério ingressou, em 1858, no Seminário de Mariana tendo sido ordenado por D. Antônio Ferreira Viçoso em 1862. Enquanto sacerdote atua como professor de Latim e História no Seminário da Boa Morte (OLIVEIRA, 1940). Tido como um “homem de grandes predicados oratórios” dedicou-se à escritura de Sermões dos quais três foram publicados em 1873 sob o título *O Papa e a Revolução*. Neste mesmo ano, o sacerdote fundou em Mariana o periódico *O Bom Ladrão* e publicou sua primeira obra, intitulada *A Prática da Confissão*. Em 1876 publica a biografia *Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso*. Esta obra, anos mais tarde, em 1920, lhe rendeu a indicação para ingressar a Academia Brasileira de Letras, ocupando o lugar de Alcindo Guanabara e sendo recebido por Carlos de Laet. Em 1890, funda também em Mariana o periódico *O Viçoso*, através do qual empreendeu durante muitos anos uma intensa militância católica.

Seus contatos intelectuais com setores leigos da sociedade lhe proporcionaram, em 1910, a indicação para ingressar como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG). Em 1917, é eleito também como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB. Foi neste contexto, que Silvério Pimenta travou diálogos com figuras importantes da sociedade da época, como o político e historiador Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos, o ex-conselheiro do Império José Bonifácio, dentre outros políticos e intelectuais como Afonso Pena, Aureliano Pimentel, Cesário Alvim e Wenceslau Braz.³

Os personagens ora em cena agrupam-se por um traço comum,

³ Cf. correspondência com o Dr. Diogo de Vasconcellos e Correspondência diplomática de D. Silvério Gomes Pimenta. MARIANA. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de (AEAM). Arquivo 4, gaveta 2, pasta 8 e arquivo 4, gaveta 2, pasta 6.

por suas atuações nos negócios da República, seja no âmbito do Estado, seja por suas inserções nos debates políticos da época. Mas, sobretudo, definem-se por um eixo de engajamento comum: a defesa de um projeto político para a República brasileira, pautado em valores ligados a uma moralidade cristã. A partir da correspondência do bispo e de outros discursos produzidos pelo eclesiástico e seus interlocutores, tentaremos perceber como alguns de nossos atores buscaram uma articulação entre os valores cristãos e as virtudes cívicas do cidadão republicano, na construção de suas práticas e representações políticas.

Tendo em vista estas questões, nossas análises partem da noção de cultura política que, segundo a definição de Rodrigo Patto Sá Motta (2009), constitui um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos futuros” (MOTTA, 2009, p. 21).

Neste sentido, nos debruçaremos também sobre um importante campo de investigação: o da história dos discursos, principalmente a partir da proposta estabelecida por John Pocock (2003) e Quentin Skinner (1996). Esta consiste fundamentalmente em interpretar o pensamento político dos autores a partir de seu “contexto linguístico”. Sendo assim, busca-se identificar o estado da linguagem no tempo, além de estabelecer o contexto no qual um dado autor construiu o seu texto e as próprias estruturas, usos e apropriações da linguagem que aludem a “instituições, autoridades, valores simbólicos e acontecimentos registrados que ela apresenta como parte da política dessa sociedade e dos quais deriva muito do seu próprio caráter” (POCOCK, 2003, p. 36). Como afirma Pocock,

pode-se aprender muito sobre a cultura política de uma determinada sociedade nos diversos momentos de sua história, observando-se que linguagens assim originadas foram sancionadas como legítimas integrantes do universo do discurso público (POCOCK, 2003, p. 31).

Assim, para se compreender um enunciado político, é necessário conhecer qual linguagem o autor está utilizando; e quais são os interlocutores desse enunciado, seus antagonistas e mesmo aquelas matrizes de pensamento que o confirmam. Contudo, isto não resulta em uma redução do autor a sua própria linguagem, uma vez que, quanto mais complexo, e até mesmo mais contraditório o contexto linguístico em que ele se situa, mais ricos e mais ambivalentes serão os “atos de fala” que ele terá condições de emitir e maior será a probabilidade de que esses atos atuem sobre o seu próprio contexto linguístico.

Desta forma, pretendemos pensar como os atores privilegiados neste estudo se apropriaram das linguagens disponíveis em seu tempo e, sobretudo, como inovaram sobre elas. Trabalharemos, portanto, com a forma através da qual nossos atores operaram com uma linguagem, por um lado, fortemente ligada ao republicanismo e por outro, fortemente ligada ao cristianismo.

A “República cristã” como ideário político

No dia 09 de agosto de 1890, o político Bernardo Pinto Monteiro e o historiador e à época vereador da Câmara Municipal de Ouro Preto, Diogo de Vasconcellos, remetem a seguinte carta ao bispo de Mariana, Silvério Pimenta:

Passamos às mãos de V. Rvm. a combinação de candidatos, que nos encarregamos, para a eleição próxima de 15 de se-

tembro. Maduramente reflectimos, e pesamos as circumstan-
cias, afim de removermos os pretextos, quiçá desejados, de
manifesta e violenta intervenção. Só visamos o resultado: At-
tendo que o puro idéal catholico seria partidário restricto, e
convindo nas actuais emergências reunirmos todos os ele-
mentos tendentes ao nosso fim, foi nosso pensamento ence-
tar a luta com character essencialmente democrático, reivindi-
cando-se antes que tudo a soberania do povo conculcada, e
por isso, exigindo-se de nossos candidatos o compromisso de
restabelecerem a plena liberdade da Igreja (...) Estimando
que V. S. nos dispense toda a sua benevolência, e attenda a
boa consciência de nossos esforços, na grave tarefa que te-
mos assumido, o que desejamos e queremos é que ao menos
em Minas se porte o povo, como lhe compete, fazendo das
urnas o baluarte de nossa liberdade, vindicta de nossos brios,
e o berço único legítimo de uma república christã.⁴

O documento remete a um momento de grande agitação política no cenário mineiro e nacional, o da recém-proclamada República brasileira que buscava sua estruturação, procurando romper com as antigas tradições do passado monárquico. Em um contexto em que o Partido Liberal e a ação dos republicanos ganhava força em Minas, havia aqueles que buscavam manter os “fundamentos morais da ordem antiga”,⁵ dentre os quais encontravam-se os próprios valores católicos. É este o caso do multifacetado Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos, um dos remetentes da correspondência acima referida.

Nascido em Mariana, em 1843, Vasconcellos estudou no Seminário Menor de Nossa Senhora da Boa Morte, em sua cidade natal,

⁴ MARIANA, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de. (AEAM). Correspondência com o Dr. Diogo de Vasconcellos. *op. cit.*

⁵ Carta enviada por Diogo de Vasconcellos a D. Silvério Gomes Pimenta, em 29 de julho de 1890. Correspondência com o Dr. Diogo de Vasconcellos. *op. cit.*

continuando os estudos no Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro. De sua formação provém seu forte traço católico. Como membro do Partido Conservador em Minas Gerais, empreendeu uma intensa militância política nos anos finais do Império e no começo da República, atuando como político, historiador, jornalista e advogado (SILVA, 2010).

A carta de Diogo de Vasconcellos e Bernardo Monteiro traz alguns elementos importantes de serem destacados. Um deles diz respeito à mobilização de elementos típicos da tradição republicana, como a soberania popular e a liberdade, para a defesa de um ideal que estava longe de ser propriamente “republicano”, – pelo menos no sentido em que o conceito era concebido no período – ou seja, um ideal católico.

Maria Tereza Chaves de Mello (2007) aponta que os anos que precederam a instauração da República no Brasil foram marcados por um movimento de deslegitimação simbólica e teórica da Monarquia, atacando seus suportes maiores, como a própria figura do monarca, a religião e o romantismo. As questões brasileiras passaram a ser consideradas por meio de uma nova linguagem que subvertia o sentido romântico-hierárquico do Império. A linguagem cientificista modelou novos símbolos e “o vocábulo *república* expandiu seu campo semântico incorporando as ideias de liberdade, progresso, ciência, democracia, termos que apontavam, todos, para um futuro desejado” (MELLO, 2007, p. 102).

No que tange à posição do catolicismo no Estado e na sociedade, este foi tido, pelos republicanos, como um entrave à civilização. As crenças religiosas passaram a ser compreendidas por este grupo em um duplo aspecto. Por um lado tornaram-se sinônimo de fanatismo e “velho preconceito” e, conseqüentemente, como sinal de ausência

de razão, representando assim um entrave para o desenvolvimento das ciências. Por outro, compreendia-se que o catolicismo valera-se historicamente das monarquias para “manter os povos na ignorância”. Assim, Francisco Cunha, intelectual do período, resume bem o sentimento daquela geração: “o catolicismo sustenta um páreo impossível com a civilização” (apud MELLO, 2007, p. 102).

Não obstante, é necessário matizar as pretensões e os alcances destes projetos modernizadores do período, pois, como aponta José Murilo de Carvalho, embora, a partir de 1870, tenha se avançado em alguns aspectos, a modernização no Brasil ainda guardou traços de uma tradição rural, patriarcal e hierárquica que se refletiria inclusive e, sobretudo, na política (CARVALHO, 1998, p. 120). É necessário tentar-se, portanto, à polissemia dos conceitos de moderno e tradicional, pois é a partir da maneira como eles se combinavam que teremos o sentido da modernidade (ou de determinado grau de modernidade), bem como seu maior ou menor grau de rompimento com a tradição.

Assim, nos vazios de nossa república, floresceram os aspectos de nossa cidadania inconclusa, a contração do espaço público e a diluição de seus limites com o privado, o autoritarismo como traço marcante dos esforços modernizadores brasileiros, etc. Todos estes elementos combinaram-se bem com o conservadorismo católico do período, pois, como aponta Sérgio Miceli (2009), se voltarmos nossos olhares para a cuidadosa e profunda rede de relações, tecida entre o alto clero e as novas lideranças oligárquicas, perceberemos que a aparente cisão entre a política e a religião, não se efetiva de forma tão categórica.

A questão do fundamentalismo religioso na política, como mostram Skinner (1996) e Bignotto (2001), permeou a tradição republi-

cana e foi colocada inicialmente nos debates do humanismo cívico em sua contraposição com o pensamento escolástico medieval. Segundo Bignotto, dois aspectos fundamentais estão nas raízes do “republicanismo moderno”: o abandono progressivo do papel de Deus nas concepções da vida pública e a afirmação contínua do valor da vida ativa contra o modelo medieval da vida contemplativa (BIGNOTTO, 2001, p. 31).

Assim, aos poucos os próprios autores medievais colocaram à prova certas concepções teológico-políticas como, por exemplo, a que remete à discussão sobre a origem das leis e a noção agostiniana da insignificância da vida na cidade dos homens. Marsílio de Padova, ao problematizar a relação da justiça com a causa final da vida na cidade abre espaço para o questionamento da relação entre política e religião, cujo fim último é a vida eterna, ou a cidade de Deus, tal como definiu Agostinho. O que Marsílio traz a tona é o fato de que as leis divinas não servem para estruturar a vida nas cidades, posto que, em sua concepção, as leis derivam do arbítrio humano e, mais especificamente, devem derivar do corpo político para o qual se destinam (BIGNOTTO, 2001, p. 42).

Mas se, por um lado, a tradição republicana foi paulatinamente se laicizando,⁶ o pensamento católico desenvolvia novas formas de lidar com a política. Por meio da matriz teológica denominada de aristotélico-tomista, o catolicismo combinou a discussão aristotélica sobre as virtudes a serem praticadas na cidade e a concepção elaborada por Tomás de Aquino, de liberdade enquanto livre arbítrio. São Tomás, diferentemente de Agostinho, trazia uma análise mais racio-

⁶ Como aponta Bignotto, o elemento laicizante será um vetor importante do republicanismo moderno, constituindo-se em uma das grandes inovações da matriz do humanismo cívico.

nal do cosmo, uma vez que considerava a razão como um caminho para as verdades supremas. Assim, buscou provar que a razão e a revelação representam duas manifestações do mesmo espírito divino e que entre elas deve reinar a plena harmonia (SOUSA, 2002, p. 49). O tomismo foi, portanto, uma importante via de diálogo entre o pensamento católico e a cultura moderna.

Não seria em vão que a encíclica *Aeterni Patris*, promulgada pelo Papa Leão XIII em 1879, recomendava o tomismo como filosofia cristã privilegiada a ser ensinada nos colégios católicos (*apud* MARIN, 2005). A encíclica *Litteras a Vobis*, promulgada pelo mesmo Papa em 1894 e dirigida especificamente ao clero brasileiro, traz elementos importantes para pensar as estratégias adotadas pela Igreja para manter-se atuante na República. Nela, Leão XIII destaca:

Finalmente é necessário que todos os católicos lembrem que para a Igreja interessa muitíssimo quais homens sejam admitidos na assembléa legislativa; e, portanto, sem violar o direito das leis civis, é necessário que todos juntos se esforcem por eleger com o sufrágio geral pessoas tais que unam ao amor pelo Estado o zelo provado pela religião (MARIN, 2005, p. 578).

A “cristianização” da República seria, portanto, a forma de atuação católica sobre a política brasileira. Mas como constituir a “república cristã”, tal como a qualificaram Bernardo Monteiro e Diogo de Vasconcellos?

Em primeiro lugar, era necessário inserir-se nos debates operando com uma linguagem que fosse palatável aos republicanos e aos seus demais interlocutores, ou seja, era necessário apropriar-se do vocabulário político que formava os elementos da tópica republicana. E mais do que isto, era necessário mobilizar estes elementos para atu-

ar de forma mais eficaz na política. A construção de uma moralidade pública cristã será, então, uma das formas adotadas, sobretudo pelos intelectuais católicos, para imprimir na república seus valores religiosos.

A mobilização da tradição republicana e a construção de um civismo cristão

A inserção católica nos debates públicos do período se deu por meio da ampliação de seu arsenal discursivo, através de seus periódicos, e também dos discursos produzidos por bispos para circular em nos domínios de suas dioceses e que eram conhecidos como Cartas Pastorais. Estes discursos traziam, além de diretrizes internas da Igreja – visto que alguns eram dirigidos aos próprios eclesiásticos –, discussões sobre políticas públicas, questões sociais e outros temas correntes nos debates públicos do período. Escritos individualmente ou conjuntamente pelos bispos eram, muitas vezes, denominados por eles próprios como manifestos. Foi este o sentido dado ao documento que, em 1912, um grupo de bispos mineiros, dentre eles Silvério Pimenta, direcionou ao Congresso Federal, em protesto contra o estabelecimento do divórcio no país:

Illmos Exmos Srs Representantes da nação

A vista do protesto, que há pouco se levantou em todo o Brasil contra o projecto do divorcio, mal podíamos suspeitar os catholicos, que tão depressa houvesse de surgir no seio da Representação Nacional essa tentativa tão categoricamente repellida pelos catholicos, que são quase totalidade da Nação, e mais por todos aquelles que preservam a honra do lar, a prosperidade da Pátria, a dignidade humana. Por isso dolorosamente surprehendidos com o apparecimento d'esse projecto que para satisfazer alguns poucos a quem a indissolubilidade do matrimonio se apresenta como insupportavel a

seus desejos e paixões, e para contentar uma seita inimiga do nome christão, vem affrontar a crença de vinte milhões de catholicos brasileiros (...) Confiamos sem hesitar, que os illustres representantes do povo, de nenhum modo hão de trahir o mandato que lhe foi conmettido (...) nem convertam em lei os desejos condenáveis de alguns poucos contra as anciãs e clamores do povo inteiro.⁷

O argumento utilizado no documento é claro: trata-se de uma evocação da soberania popular, elemento típico da tradição política republicana. A mensagem subjacente ao documento é a de que “os representantes do povo”, não podem trair o poder que lhes foi delegado pela soberania (católica) da nação, para atender aos desígnios de um grupo menor, posto que os “vinte milhões de católicos brasileiros” constituem a maioria da população do país.

Ao que indica ainda a correspondência de Silvério Pimenta, o documento fora levado ao Congresso por uma ilustre e já conhecida figura do cenário político brasileiro, como mostram as cartas trocadas a seguir:

Itaverava em visita 4 de agosto de 1912

Illmo. Revmo. Dr. José Bonifácio

Meu querido amigo,

Confiado no patriotismo e nos sentimentos catholicos de que Vsra tem dado eloqüentes provas, venho pedir a Vsra o favor de apresentar esse protesto que os Bispos Mineiros fizeram ao Congresso Federal contra o divorcio. Espero merecer de Vsra mais este favor sobre tantos que lhe devo e me confesso.

De Vsra

⁷ MARIANA, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese AEAM. Correspondência diplomática de D. Silvério Gomes Pimenta. Arquivo 4, gaveta 1, pasta 6.

Silvério Arcebispo de Mariana.⁸

Ao que responde Bonifácio em setembro do mesmo ano:

Rio, 2 de setembro de 1912

Exmo. Revmo. Sr. Arcebispo de Marianna

Como deve ter visto pelos jornaes cumpri a honrosa incumbência com que Vsra me distinguio apresentando a Câmara o protesto dos Bispos Mineiros contra o divorcio. Como bons catholicos estamos firmes a combater a proposta (...) obedecendo assim a sua elevada orientação.

Apresentando a Vsra contentos de sabido apreço e pedindo suas bênçãos,

José Bonifácio.⁹

Mas José Bonifácio não seria o único dentre importantes políticos e intelectuais do período a apoiar a causa católica. Ruy Barbosa, em seu discurso pronunciado no Colégio Anchieta em 1903 – discurso este citado em uma das Pastorais de Silvério Pimenta –, faz uma elaborada defesa da manutenção dos valores cristãos na república. O argumento de Ruy não se resume apenas à mobilização de elementos da tópica republicana. É a uma de suas matrizes que ele irá recorrer para legitimá-lo:

Falara da Pátria. Venho de falar-vos do trabalho. Agora vos falarei no ideal. Se eu vos dissesse que o ideal é a parte mais grave da realidade humana? (...) O ideal não se define; enxerga-se por clareiras que dão para o infinito: o amor abnegado; a fé cristã, o sacrifício pelos interesses superiores da humanidade; a compreensão da vida no plano divino da virtude; tu-

⁸ MARIANA, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese AEAM. Correspondência diplomática de D. Silvério Gomes Pimenta.

⁹ Idem.

do o que alheia o homem da própria individualidade (...). Aí tendes, caracteristicamente, o valor prático desse elemento imponderável, mas decisivo, nos destinos humanos. Vede a Idade Média, a Renascença, a Revolução Francesa, a Emancipação Americana: quatro épocas, individualizadas cada uma por uma idealização profana ou sagrada. E notai. Na Renascença o ideal pagão irradia pela terra as graças de Hélade; mas os prodígios de uma civilização gerada no culto exclusivo da beleza evocam do mesmo berço as artes mais gentis e os mais hediondos crimes. Na Revolução Francesa o ideal filosófico, ermando os altares, poluindo os templos, exterminando os sacerdotes, entrega a França à anarquia sanguinária do Terror, cujas alucinações homicidas legitimaram como remédio providencial a tirania militar. Na Emancipação Americana o ideal cristão funda uma constituição sem igual, uma democracia sem igual, uma prosperidade sem igual (...) tudo genuína e direta progênie dessa liberdade inglesa, que nunca se separou da Bíblia e da Cruz.¹⁰

A matriz do republicanismo norte-americano foi uma das grandes inspirações da República no Brasil. Os adeptos do modelo norte-americano davam ênfase especial à questão da conciliação entre liberdade e o exercício do poder, ou seja, à governabilidade do Estado. Neste sentido, as inovações do sistema norte-americano no que diz respeito à separação dos poderes (que buscava, justamente, garantir sob a forma da lei a liberdade dos indivíduos), a duplicação do legislativo como instrumento de absorção das tendências separatistas e a força dada à suprema corte como elemento de equilíbrio, foram reformulações políticas reivindicadas por alguns republicanos brasileiros (CARVALHO, 1998).

Ao operar com esta matriz, por uma via certamente bastante dis-

¹⁰ Ruy Barbosa. *Discurso no Colégio Anchieta*. Fundação Casa de Ruy Barbosa. Disponível online.

tinta dos demais republicanos, Ruy Barbosa se coloca nos debates do período de forma perspicaz e engenhosa. Ao mesmo tempo em que evoca questões caras aos projetos republicanos, defende-os sob a ótica do ideal cristão. Ele opera ainda, com outras matrizes que também foram fonte de inspiração para os republicanos brasileiros como a matriz francesa. A este respeito, inclusive, continua Ruy:

Há, por aí, uma feição peculiar de radicais, emanção da França voltariana, da França revolucionária, da França jacobina, da França comtista, que imaginou engendrar a teoria da nossa Constituição à luz das tendências francesas, das preocupações francesas, das reações francesas, das idiossincrasias francesas. Mas, senhores, a Constituição federalista do Brasil não tem a mais remota descendência às margens do Sena. Sua embriogenia é exclusiva e notoriamente americana.¹¹

A defesa dos ideais religiosos sob a evocação do “exemplo norte-americano” foi uma prática adotada em outros momentos pelos católicos. Maria Ataíde de Almeida (2007) mostra que, o jornal *A Gazeta*, de Recife, vinculou em 1919 uma matéria sob o título de “Magnífico Exemplo!”, onde exalta os governadores de São Paulo, Santa Catarina e Espírito Santo, por serem católicos praticantes. O artigo faz uma alusão aos Estados Unidos, “onde os homens de Estado não se sentem ofuscados praticando publicamente os seus deveres e sentimentos religiosos” (ALMEIDA, 2007, p. 274).

Foi caminhando nesta direção, que a formação do “cidadão cristão” constituiu-se numa das preocupações colocadas na pauta das políticas católicas do período. A associação entre os valores cristãos e as virtudes cívicas do cidadão republicano, foi uma tópica recorrente nos discursos católicos e o próprio Ruy Barbosa o fizera no seu. Debatendo com a idéia de fraternidade oriunda do ideal fran-

¹¹ Ruy Barbosa. *Discurso no Colégio Anchieta*. op. cit.

cês, o polemista a contrapõe com a fraternidade cristã – que afirma que a união entre os homens se dá em função de serem todos filhos de Deus – colocando-a como recurso fundamental na passagem do indivíduo (privado) para a cidadania (vida pública).

Os homens não inventaram, antes adulteraram a fraternidade, de que o Cristo lhes dera a fórmula sublime, ensinando-os a se amarem uns aos outros: *Diliges proximum tuum sicut te ipsum*.¹² Dilatai a fraternidade cristã, e chegareis das afeições individuais às solidariedades coletivas, da família à nação, da nação à humanidade.¹³

O mesmo recurso é utilizado por Silvério Pimenta em sua Pastoral de março de 1912. A resignação cristã e a obediência ante ao soberano legítimo, desde que suas leis se subordinem às leis divinas, é também colocada como uma virtude cívica. Neste sentido, Silvério afirma que é necessário ensinar aos cidadãos:

a amar esta Pátria e cooperar para a sua prosperidade, obedecendo a suas leis, quando não forem contrárias à lei de Deus, e concorrendo para que seja governada por homens honestos, probos, prudentes e justos, com exclusão dos ímpios, ineptos, escandalosos, venais, que a seus vis interesses sacrificam os da comunidade. Ensinem que somos obrigados a respeitar os depositários da autoridade suprema na Federação e no Estado, e proporcionalmente os outros indivíduos, que representam alguma parcela daquela autoridade. Insistam tanto mais neste particular, por que se vae extinguindo a noção de obediência à autoridade, sem a qual não há sociedade bem governada e próspera.¹⁴

¹² Amarás teu próximo como a ti mesmo.

¹³ Ruy Barbosa. *Discurso no Colégio Anchieta. op. cit*

¹⁴ Pastoral sobre a educação cristã da mocidade. In: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1921.

O apego à autoridade, que aqui ganha contornos claros de autoritarismo, foi também um dos sentidos produzidos pelo pensamento católico em sua associação com o lema “ordem e progresso”, caro aos adeptos da idéia de “ditadura republicana”. A subordinação do progresso à ordem e ao esvaziamento dos conflitos, sobretudo das lutas por direitos sociais, dará também o tom do discurso católico dos anos posteriores.

Será, portanto, na retração do espaço público, laico e socializado pela política, na dissolução dos limites entre o público e o privado, na rendição da educação republicana à educação moralista cristã, que o discurso católico vai ancorar suas bases de sustentação. Todos estes elementos nos permitem concluir que talvez a substituição da política pelo propósito de devolver ao social um fundamento religioso, seja um dos elementos importantes e problemáticos, que caracterizam a debilidade da tradição republicana brasileira.

Fontes:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Cartas Pastorais de D. Silvério Gomes Pimenta*. Rio de Janeiro: Editoras Leite e Ribeiro & Maurillo 3, 1921.

MARIANA. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de (AEAM). *Silvério Gomes Pimenta, por mercê de Deus e da S. Sé Apostólica Bispo de Camaco e auxiliar do Exm. Sr. Bispo de Marianna, Prelado Domestico de S. Santidade*. Dada em 1891. Arquivo 04, gaveta 01, pasta 02.

_____. *Carta pastoral do Exm.º e Rvm.º Senr. Bispo de Camaco, Sobre a Associação da Sagrada Família*. Mariana, 1895. Arquivo 04, gaveta 01, pasta 02.

_____. *Pastoral de D. Silvério Gomes Pimenta, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica Bispo de Mariana*, Prelado Doméstico em N. S. Jesus Cristo, dada em 06 de julho de 1897. Arquivo 04, gaveta 01, pasta 02.

_____. *Pastoral colectiva do Arcebispo e Bispos da Provincia Ecclesiastica de Marianna sobre o estado de guerra com a Allemanha*, 1917. Arquivo 04, gaveta 01, pasta 02.

_____. Correspondência com o Dr. Diogo de Vasconcellos. Arquivo 4, gaveta 2, pasta 8.

_____. Correspondência diplomática de D. Silvério Gomes Pimenta. Arquivo 4, gaveta 1, pasta 6.

_____. Correspondência enviada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais a D. Silvério Gomes Pimenta, em 30 de outubro de 1910. Arquivo 4, gaveta 3, pasta 11.

_____. Correspondência enviada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a D. Silvério Gomes Pimenta, em 31 de maio de 1917. Arquivo 4, gaveta 3, pasta 11.

Ruy Barbosa. *Discurso no Colégio Anchieta*. Fundação Casa de Ruy Barbosa. Disponível *online*.

Referências bibliográficas

ALBERIGO, Giuseppe. *A Igreja na História*. Tradução de Euclides Balancin. São Paulo: Paulinas, 1999.

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. São Paulo: O Estado de São Paulo: Klick editora, s/d.

AUBERT, Roger (org.). *Nova História da Igreja. A Igreja na Sociedade Liberal e no Mundo Moderno. Volume V. Tomo I.* Tradução de Pedro P. de S. Madureira e Júlio C. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1975.

BIGNOTTO, Newton (org.). *Pensar a república.* Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. *Origens do republicanismo moderno.* Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BUARQUE, Virgínia. “Uma História moral, apologética e... moderna? A escrita católica do século XVIII ao início do século XIX”. In: *Revista de História da Historiografia.* Mariana: UFOP, v.6, 2011, pp. 142-157.

CARDOSO, Sérgio. *Retorno ao republicanismo.* Belo Horizonte: UFMG, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política.* Belo Horizonte: UFMG, 1998.

COSTA, Antônio Carlos Figueiredo. *A República na praça: manifestações do jacobinismo popular em Minas Gerais (1893-1899).* São Paulo: Baraúna, 2010.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914).* Belo Horizonte: UFMG, 2005.

HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro da; ISAÍÁ, Artur César (org.). *Progresso e religião: a república no Brasil e em Portugal.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Uberlândia: EDUFU, 2007.

JULIA, Dominique. “O Sacerdote”. In: VOVELLE, Michel (org.). *O Ho-*

mem do Iluminismo. Tradução de Maria Georgina Segurado. Lisboa: Presença, 1997.

MARIN, Darci L. (coord.). *Documentos de Leão XIII*. Tradução de Lourenço Costa e Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 2005. (Coleção Documentos da Igreja, 12).

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

OLIVEIRA, Mons. Alípio Odier de. *Traços biográficos de Dom Silvério Gomes Pimenta*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1940.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003.

SILVA, Rodrigo Machado da. *A experiência do passado: a escrita da História como discurso da civilização*. (Monografia de Bacharelado). Mariana: UFOP, 2010.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução de Renato Janine e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos operários: A Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAPERJ, 2002.

TRINDADE, Raimundo (cônego). *Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua história*. 2º ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953. Volume 1.

Abstract: This article aims to reflect about the interaction of intellectuals' group and catholic politicians, related to the Bishop of Diocese of Mariana (Minas Gerais) at that time, D. Silvério Gomes Pimenta, at the beginning of Republic in Brazil. From the correspondences between D. Silvério and men such as, Diogo de Vasconcellos, Bernardo Pinto Monteiro e José Bonifácio, besides others discourses made by the Bishop and his interlocutors, we intend to evidence the elaboration of a political project to the brazilian Republic, based on Christian morality.

Keywords: Catholicism, Republic in Brazil, D. Silvério.

Natiele Rosa de Oliveira é graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e mestranda em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).